

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS
(Pesquisa desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos Regionais e Agrários/NERA/UFSM)**

Considerations about São Francisco de Assis-Rs geography

Rudineli de Bairros Pires

Licenciado em Geografia/UFSM – Mestrando em Geomática
Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Ciências Rurais/CCR/UFSM
rudineli@bol.com.br

Meri Lourdes Bezzi

Orientadora – Profa. Dra. em Organização do Espaço. Profa. Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Geociências
meri@oslo.ccne.ufsm.br

Artigo recebido em 16/03/2005 e aceito para publicação em 25/04/2005

RESUMO:

São Francisco de Assis situado entre o Planalto Meridional Brasileiro e a Depressão Periférica do Rio Grande do Sul se define como município abrangente de duas realidades geográficas. O presente trabalho objetivou: (a) definir considerando o limite político-administrativo do município realidades distintas da paisagem agrária, (b) explicar a organização do espaço através dos valores culturais e (c) apresentar propostas para o desenvolvimento local em nível municipal, buscando relações entre escolas técnicas, organizações coletivas e relações de troca com características sistêmicas, considerando o planejamento e, conseqüentemente o desenvolvimento local. A metodologia utilizada correspondeu à fundamentação teórica, coleta de dados via FIBGE, FEE e em Secretarias do Município. Paralelamente, realizou-se trabalho de campo, para coletar subsídios visando maior aprofundamento. Cruzaram-se os dados encontrados as concepções teórico-metodológicas do desenvolvimento regional. Os resultados indicam a contenção do êxodo-rural, maior capacitação do homem do campo em função dos recursos técnicos utilizados, desenvolvimento de grupos coletivos que, arraigado à ótica do desenvolvimento local buscam integrar-se em âmbito regional com perspectivas e fins coletivos-comerciais.

Palavras-Chave: unidade municipal – transformações agropecuárias- organização espacial

ABSTRACT:

São Francisco de Assis is located between the Planalto Médio Brasileiro and the Depressão Periférica of Rio Grande do Sul. It is defined as a town which shows two geographic realities. The following work aimed to: (a) to define, considering the town's politics administrative limit, different realities of the agrarian landscape, (b) to explain the space organization through cultural values and (c) to present proposals to the local development, considering the municipal aspect, besides searching for relationship between technical schools and collective organizations as well as exchange relationship which present systemic characteristics, considering the planning and

consequently, the local development. The methodology used corresponded both to the theoretical approach and the data collection via FIBGE, FEE and at the Municipal Office. At the same time, it was carried out a field work to collect subsidies in order that a deeper study was done. The date, which are found cross with the theoretical-methodological conceptions of the regional development. The results shows that the hold of the rural migration, the larger rural man's improvement by the use of technical resources and the development view, look for the regional integration with commercial collective prospective.

Keywords: municipal unity – changes agricultural – cattle raising space organization.

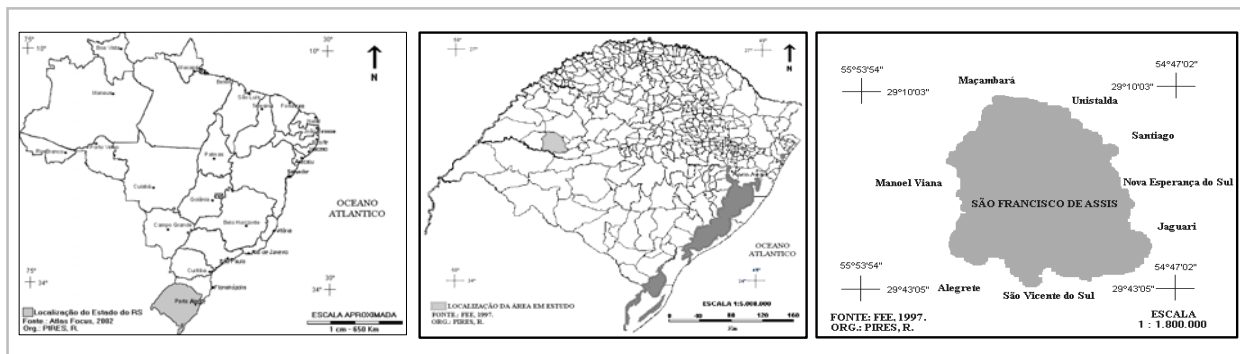
INTRODUÇÃO

A Geografia vem arraigada a constantes transformações no decorrer do tempo e são, justamente, essas transformações que se encarregam da (re)composição do espaço entendido como geográfico. Novos modelos, técnicas e conceitos vêm se definindo ou redefinindo como forma natural ou transformada pelo homem de interpretar ou reinter-

pretar o espaço.

Neste contexto, estabeleceu-se um estudo de caso no município de São Francisco de Assis/RS e em um dos seus distritos, atual município de Manoel Viana/RS, levando em consideração a expressão e a composição da paisagem, além de sua manifestação local. (Figura 1)

Figura 1 – Localização da área em estudo/RS/BR



Fonte: Atlas Foccus, 2002 & FEE, 2000. Org: PIRES, Rudineli de Bairros.

A parte prática do trabalho apoiou-se em imagens de satélite Landsat ETM+7 as quais permitiram diferenciar as áreas ou focos de ocorrência de determinadas expressões agrárias bem como do uso da terra, permitindo estabelecer relações na interface natureza-sociedade.

A escala temporal abrange o período compreendido entre 1980 a 2003. Tal escolha é justi-

ficada por ser este intervalo de tempo no qual houve as transformações espaciais mais significativas e também a separação político-administrativa do município de Manoel Viana em 1992 do município de São Francisco de Assis.

O objetivo geral proposto foi de identificar relações entre a Geografia Física e a Geografia Humana, estabelecendo uma relação entre as possibi-

lidades, as determinações e os condicionantes naturais considerando a organização espacial e a expressão da paisagem dos municípios de São Francisco de Assis e Manoel Viana/RS. Especificamente buscou-se identificar a diferenciação de áreas e a expressão agrária, relacionando-as aos condicionantes físicos e/ou topográficos existentes nos municípios e definir considerando os limites político-administrativos do município de São Francisco de Assis realidades distintas da paisagem considerando os valores de identidade cultural.

Metodologicamente a composição e ordenação deste trabalho definiu-se por etapas. A fase inicial, constituiu-se do aprofundamento das discussões teórico-metodológicas buscando aprofundar o marco teórico da investigação via consulta bibliográfica. Para tal, conceitos de paisagem agrária, organização do espaço, agricultura, sistemas de produção, estudo de mercados, sustentabilidade, transformação socioeconômica, desenvolvimento regional, entre outros, foram arrolados.

Definida a linha teórica, delineou-se a parte prática da pesquisa, constituindo os limites dos municípios que irão compor a área em estudo. Os dois municípios integrantes da Microrregião Geográfica da Campanha Ocidental – RS, São Francisco de Assis e Manoel Viana, definem-se por uma população total de 27.798 habitantes de acordo com dados da (FEE 2000) e, formam uma área heterogênea socioeconômica tendo, como principal caráter, as atividades econômicas rurais desenvolvidas pelos grupos familiares em São Francisco de Assis e, sustentada pela média e grande propriedade rural em Manoel Viana.

Para o estudo desta área, envolvendo o setor agropecuário, a práxis do trabalho esteve alicerçada em coleta de informações primárias e secundárias (dados estatísticos via FIBGE e FEE), referentes à temática em estudo nos respectivos municípios selecionados. Para o desenvolvimento deste trabalho fez-se observações “in locu” através de tomadas empíricas (visita às diferentes unidades morfoestruturais que abrangem os municípios em estudo —

Depressão e Planalto) procurando relações com os dados gerados a partir de fontes secundárias obtidas.

A investigação baseada em fonte primária se realizou através de trabalho de campo, visita às diferentes áreas ou domínios fisiográficos/morfoestruturais de ambos os municípios em estudo tendo como objetivo concretizar as informações identificadas através da interpretação das imagens Landsat Tm5 com resolução espacial de 30m.

Estabeleceu-se, também, um diagnóstico sobre os municípios em estudo, dando enfoque especial a São Francisco de Assis no que tange a pequena propriedade, enfatizando as médias e grandes propriedades e suas relações com a paisagem agrária bem como comparações entre as áreas de Campanha e de Planalto.

DESCRIÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

Os municípios de São Francisco de Assis e Manoel Viana, localizados na Microrregião Geográfica da Campanha Ocidental correspondem a uma área total de 3.906,3 Km². É importante destacar que Manoel Viana, com o processo de emancipação ocorrido em 1992, conservou a área territorial igual a que possuía enquanto 3º Distrito de São Francisco de Assis, ou seja, 1.402,4 Km². Por outro lado, a área territorial ocupada por São Francisco de Assis restringiu-se a 2.503,9 Km² pela desanexação de seu 3º Distrito.

Destaca-se que os condicionantes físicos como a topografia, muitas vezes, define a expressão da paisagem e, conseqüentemente, a sua economia. O setor oeste de São Francisco de Assis é caracterizado pelas planícies e coxilhas e os setores leste e nordeste localizam-se no rebordo do planalto apresentando áreas com topografias irregulares.

A área ocupada por Manoel Viana é caracterizada pela presença de grandes e médias propriedades nas quais se desenvolvem, predominantemente, lavouras comerciais (granjas) de arroz, num primeiro momento e da soja, mais recentemente. Para-

lamente, a pecuária é bastante expressiva e está ligada ao processo de ocupação histórico/econômica do Rio Grande do Sul. Por outro lado, o município de São Francisco de Assis, localizado a oeste de Manoel Viana apresenta uma estrutura fundiária diversificada. A oeste do município, predominam grandes e médias propriedades enquanto que nos setores leste e nordeste, são expressivas a presença das pequenas propriedades, ou seja, os denominados setores coloniais.

No que diz respeito à produtividade dos municípios salienta-se que a área colhida de trigo em Manoel Viana apresenta uma produção de aproximadamente de 1.000 ha *versus* 600 ha em São Francisco de Assis. (FIBGE, 1995).

Comparando-se essas estimativas é importante destacar que o Município de São Francisco de Assis, embora com uma área territorial maior, apresenta sua produção de arroz e soja menos expressiva que a de Manoel Viana. Tal fato é explicado pelos condicionantes físicos aliados aos socioeconômicos que determinaram uma reordenação na agropecuária assisense a qual procura se reestruturar através da inserção de novas alternativas produtivas como a fruticultura (pêssego, laranja, uva, entre outros) e a piscicultura.

As principais áreas geradoras de renda do município de Manoel Viana estão compreendidas pela agropecuária e ficam às margens do Rio Ibicuí (principalmente a margem direita/sudeste-sul que compreende Manoel Viana propriamente dita), nas quais se desenvolve a cultura do arroz. Nas áreas de topografia mais elevadas desenvolve-se a pecuária extensiva. Entretanto, é importante salientar que a pecuária intensiva se faz presente através de algumas cabanhas já consolidadas no município.

Há que se ressaltar que as sucessivas crises que o país passou aliadas à desestruturação local de São Francisco de Assis pela emancipação de seu distrito foram responsáveis pelos problemas socioeconômicos levando o município a se caracterizar como um dos mais pobres do Estado do Rio

Grande do Sul, em meados de 1995/96, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Entretanto, com a reorganização econômica do mercado, o redirecionamento da oferta de mão-de-obra, a inserção do país no Mercosul, aliada a qualificação técnica advindas da globalização houve, no campo, um novo direcionamento, tanto na produção, como na sua forma de ocupação frente às necessidades, tanto da função social da terra, como de seu uso propriamente dito, fazendo com que este município buscasse novas formas de inserção econômica.

Em se tratando da descrição de aspectos físicos da área, o clima corresponde, na classificação de Köppen (1990), ao tipo "CF", temperado com chuva em todos os meses, com temperatura média das máximas inferior a 22°C e média das mínimas oscilando entre -3°C e 18°C, o que corresponde ao clima Mesotérmico Brando Sub-Tipo "Cfa".

Os municípios em estudo apresentam índice pluviométrico que variam entre 1.500mm e 1.750mm. A área apresenta um comportamento pluviométrico bem distribuído, pois a localização dos municípios na transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro acarretam conseqüências no efeito orográfico.

O município de São Francisco de Assis situa-se no Rebordo ou Encosta do Planalto como também pode ser chamado. Apresenta-se como uma faixa de transição entre o Planalto e a Depressão Periférica ou Central. Sua origem, segundo Maciel Filho, Menegotto e Sartori, (1970), está ligada a superposição de sucessivos derrames de lava do vulcanismo Mesozóico da Bacia do Paraná (Figura 2).

Por outro lado, o município de Manoel Viana situa-se na Depressão Periférica e corresponde à área da Bacia Sedimentar do Paraná, não coberta pelo derrame basáltico. Caracteriza-se pela presença de colinas, terraços e planícies aluviais. Compõe-se de rochas sedimentares da Bacia do Paraná, encoberta, em alguns setores, por sedimentos mais recentes, Cenozóicos.

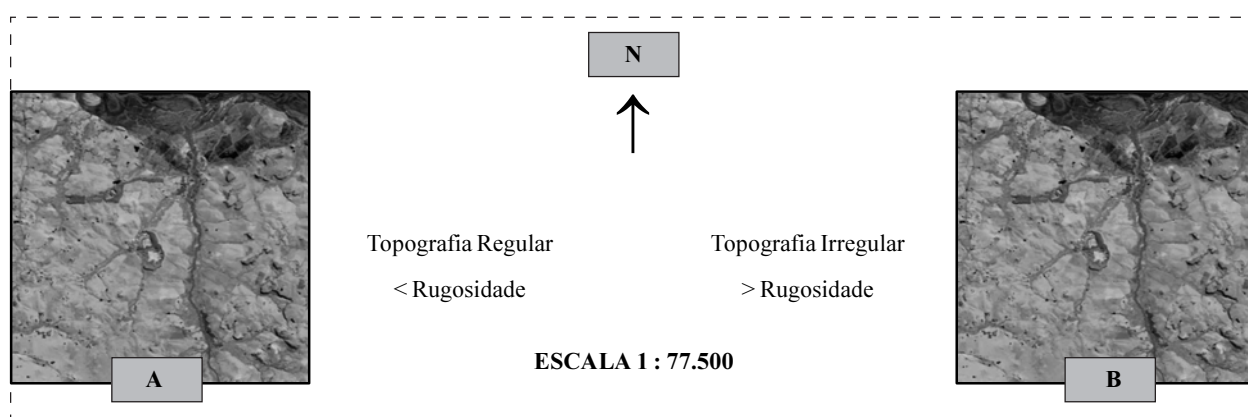


Figura 2 – Duas realidades presentes a São Francisco de Assis – Campanha (A) Planalto (B).

Fonte: www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br. 2002. Org: PIRES, Rudineli de Bairros.

Geologicamente, de acordo com Maciel Filho, Menegotto e Sartori (1970), a área é constituída por arenitos e lutitos da formação Santa Maria e arenitos eólicos da formação Botucatu, silicificados no topo. Estas rochas sedimentares sofreram intrusões de diques e sills e estão, em grande parte, capeadas pelos derrames de lavas basálticas da formação Serra Geral. Depósitos quaternários estão presentes em terraços e aluviões ao longo dos rios. Tectonicamente, reconhece-se um sistema de falhamento com direção NW-SE.

A drenagem, com relação aos afluentes, apresenta padrões do tipo sub-dendrítico, caracterizando um paralelismo com o tributário sub-principal (Rio Jaguari) e o tributário principal (Rio Ibicuí – sendo que este apresenta controle), e é afluente do Rio Uruguai que deságua no Oceano Atlântico. A área estudada é bem servida por água, apresentando uma grande integração hidrográfica.

Ocupada pela Floresta Subcaducifólia Sub-Tropical nas áreas transicionais entre Depressão, Rebordo e Planalto, se destacam árvores pequenas como o *Actinostemon concolor* (laranjeira do mato), *Sorocea bomplandii* (cincho) e *Urera baccifera* (urtigão). A mata de maior porte compõe-se de espécies como o *Phytolacca dioica* (umbú), *Fagara spp.* (mamica-de-cadela), *Cedrela fissilis*

(cedro), *Cabralea glaberrima* (cangerana), *Cordia trichotoma* (louro), *Myrocarpus frondosus* (cabriúva), *Parapiptadenia rigida* (angico), *Apuleia leiocarpa* (grápia), *Enterolobium contortisiliquum* (timbaúva), *Luehea divaricata* (açoita cavalo), *Ocotea spp.* e *Nectandra spp.* (canelas) bem como *Vitex megapotamica* (tarumã).

Existe, em todas as porções estudadas, a presença das *gramináceas* e *gramíneas*, entremeadas inclusive as áreas florestais, compondo os campos que servem para a pecuária.

Ainda, encontram-se, também, plantios de cítricos e reflorestamentos de *Eucalyptus spp* e *Pinus eliotti*, com tendências de mercado e expansão de áreas para plantio.

PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO

A idéia de desenvolvimento, a partir do século XX, e de modo especial após a segunda guerra mundial, ganha força entre os países “periféricos”. Passa a ser um componente ideológico da civilização ocidental, tanto capitalista como socialista. As teorias e princípios econômicos dão destaque ao Estado como o agente capaz de promover avanços no campo técnico e econômico.

Na agricultura, o desenvolvimento assumiu a forma e significado de modernização. Assim, como em outros setores da economia, na agricultura, a modernização e o desenvolvimento não atingiram a todos de forma igual.

A modernização do setor rural no Terceiro Mundo, com algumas exceções, não foi acompanhada da modificação da estrutura agrária, que é um fator determinante na questão da sustentabilidade econômica, social e ambiental da pequena produção familiar.

O desenvolvimento como foi pensado demonstrou que não se sustenta. A noção de progresso associada à idéia de perfeição, evolução, crescimento, válida para qualquer povo, em qualquer momento histórico, se esgotou. Se, de um lado, ele conseguiu um crescimento econômico rápido, por outro, gerou desigualdades, pobreza, concentrou renda, degradou os recursos naturais.

O modelo de desenvolvimento em vigor provou, também, que somente os mecanismos de mercado associados ao crescimento não induzem espontaneamente à equidade social, nem proporcionam a melhor eficiência locacional dos recursos naturais, no que diz respeito à sustentabilidade, a médio e a longo prazo. É necessária uma coordenação pública. A presença do Estado e da sociedade civil no processo de cooperação é fundamental para se alcançar ao desenvolvimento equitativo, que não degrade o ambiente e que seja capaz de sustentá-lo por longo tempo.

O desenvolvimento deve ter como centro das preocupações as relações harmônicas entre homem e natureza, passando necessariamente, antes pelas relações harmônicas entre os homens. É o que Brandenburg (1999) analisa quando enfatiza que no âmbito comunitário, a atuação se dá nos grupos organizados informalmente. Há uma rede comunitária constituída de grupos de família de agricultores. Esses grupos, além de constituir um referencial para a atuação da entidade, constituem o espaço social onde o agricultor compartilha sua vivência, seu

projeto de vida, apoiando-se mutuamente, realizando intercâmbio técnico e nutrindo-se de informações.

Estas, necessariamente, passam pela justiça social, pela distribuição da renda, da terra, pela relocação da riqueza no mundo, pela equidade no acesso aos fatores de produção, aos fatores de sobrevivência e serviços básicos necessários a uma vida digna, e pelo respeito à diversidade no seu sentido amplo (cultural, ambiental e principalmente, do coletivo). Salienta Santos (1995), apud Menegetti (2003, p. 77), “[...] temos que ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos que ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

A noção de desenvolvimento, no contexto desta visão, se impõe como algo evidente, universal, que pode ser aplicado.

Como ponto básico do enfoque da pesquisa, partiu-se do pressuposto de que seria necessário, avaliar e sugerir propostas que viessem atender aos anseios do setor primário do município de São Francisco de Assis/RS, principalmente o da pequena propriedade.

De acordo com Lamarche (1997, p. 17), “[...] todo o explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada”.

Também, cabe destacar em se tratando de desafios teórico-metodológicos que atentam o âmbito sociológico do planejador, os princípios de Tedesco (1999) que discute o papel da solidariedade e do agrupamento coletivo. Também para o autor, a tarefa do planejador, por conseguinte, consiste em harmonizar interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais, definindo uma estratégia de desenvolvimento que consiga um equilíbrio entre dois princípios éticos complementares e interligados: a solidariedade com todos os homens no momento presente, em geral e individualmente e a solidariedade com as gerações futuras.

A visão de progresso, como sinônimo de crescimento, considerava que se as nações mais pobres conseguissem crescer, automaticamente, toda a população do país se beneficiaria deste progresso, deste crescimento, o que na prática não ocorreu em país algum do mundo que experimentou este modelo, pelo contrário, agravou os problemas da pobreza, da concentração da renda e da degradação ambiental.

Assim, Tedesco (1999), afirma que o momento atual e as associações em primeiro plano podem ser vistas como um tipo de organização ideal, pois combinam a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo.

Deste modo, cabe entre outras relações, destacar modelos de participação do agricultor na agroindústria. Lauschner (1995) apresenta algumas sugestões como manter, dentro da política econômica e, principalmente, na política agrícola, uma opção em longo prazo de desenvolvimento e uma política fundiária de organização dos produtores rurais, armazenamento, processamento, etc, privilegiando o apoio aos empresários regionais e locais no que atente ao desenvolvimento sólido e em complexa união.

DISCUTINDO AS RELAÇÕES SOCIAIS

Uma relação de aproximação para a busca do desenvolvimento local, em nível de município, no caso São Francisco de Assis, pode ser feita com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) – Plano Para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural – 1ª versão do PNDRS de Junho de 2002.

O Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural alicerça-se no pressuposto de que ajudar os municípios ou regiões rurais a garantir bem-estar e cidadania aos que nelas preferirem viver, significa articular e apoiar a capacitação dos agricul-

tores, técnicos e lideranças para o desenvolvimento do negócio rural familiar.

A necessidade de um arranjo institucional que ajude consórcios intermunicipais e/ou municipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas localidades e/ou comunidades, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução é fundamental. Trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo aos consórcios os meios necessários ao desencadeamento do processo. Ou seja, o papel do governo federal deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão se não houver uma base inicial.

Nas fases de diagnóstico e planejamento, a ajuda governamental poderá até ser mais efetiva se envolver uma alocação temporária de recursos humanos com a capacitação necessária. Por exemplo, financiando grupos de estudos para auxiliarem os consórcios intermunicipais e/ou municipais.

Segundo o CNDRS (2002), as ações de desenvolvimento que precisam ser subvencionadas são de três tipos básicos: aquisição de competência; programas de inovação rural e criação de redes:

i. *Aquisição de competência*: prestação de apoio técnico aos consórcios intermunicipais e/ou municipais, para diagnóstico do território que inclua as necessidades e desejos da população afetada, mobilização e formação de agentes, diálogo entre os interlocutores locais, e elaboração do plano microrregional. Tais ações envolverão interlocutores locais, além de ONGs, universidades e centros de pesquisa.

ii. *Programas de inovação rural* podem envolver uma imensa variedade de ações de dinamização rural microrregional, mas o critério seletivo deverá ser seu potencial inovador. Isto é, escolher iniciativas que possam

trazer algum tipo de inovação ao contexto local, seja ela de método, de produto, de procedimento, de fabrico, de mercado etc. E, de preferência, que também envolvam efeito demonstração e possibilidades de transferência. Em síntese, ações que deverão revelar os novos rumos do desenvolvimento local.

iii. *Criação de redes*: formação de uma rede de solidariedade ativa entre as microrregiões rurais, que promova um efetivo intercâmbio de experiências, conquistas e conhecimentos. Essa rede deverá servir para a validação e transferência de inovações surgidas no meio rural. E a participação ativa na rede deverá ser exigida de todos os consórcios intermunicipais beneficiados por ajudas dos dois tipos anteriores.

Em nível local, propõe-se a articulação das organizações estatais e não-estatais que atuam na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de forma a constituir rede interinstitucional de unidades locais logisticamente aparelhadas e contando com a participação dos representantes das organizações sociais.

O âmbito de atuação territorial dos programas/projetos a serem executados deverá se originar de diagnósticos participativos (incluindo os aspectos físicos, tecnológicos, econômicos ou sócio-culturais do território) e/ou de acordos locais, no âmbito das comunidades rurais, sobre os serviços a serem prestados. Os Planos Municipais de ATER deverão ser construídos a partir da consolidação do conjunto de programas/projetos acordados no município, a serem aprovados e depois acompanhados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Da mesma forma, os Planos Municipais devem ser consolidados em nível microrregional, de forma a articular a atuação das instituições governamentais e não-governamentais neste âmbito. Daí se originarão os Planos Regionais de ATER, que deverão ser analisados, aprovados e depois acom-

panhados por instâncias regionais com participação da sociedade civil. (CNDRS, 2002).

Em nível estadual, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, devidamente assessorado por Unidades Técnicas Estaduais, deverão: (a) credenciar as organizações/entidades aptas a participarem da rede institucional de ATER, a partir de critérios e parâmetros definidos em âmbito nacional (pelo CNDRS); e (b) analisar e aprovar os Planos Municipais e Regionais de ATER, consolidando as várias propostas de atendimento de forma a constituir o Plano Estadual de ATER. Este será a base para o aporte de recursos da União, adicionalmente às participações de estados, municípios e demais organizações. O credenciamento de entidades deve ocorrer a partir das indicações dos CMDRS, sendo pré-requisito para tal a comprovação de adequada qualificação e necessária infra-estrutura para o cumprimento dos objetivos, de acordo com os princípios aqui estabelecidos. (CNDRS, 2002).

Em nível nacional, deve-se estabelecer uma coordenação nacional do Sistema, constituída por: uma instância colegiada, no âmbito do CNDRS, responsável por: (a) definir prioridades, princípios e diretrizes gerais para os serviços de ATER, bem como as estratégias para captação e alocação de recursos e os parâmetros para as transferências da União (n.º de famílias atendidas, diferenciações regionais etc); e (b) um órgão executivo, responsável pela avaliação dos Planos Estaduais, com consequente operacionalização do repasse dos recursos, e ainda pelo monitoramento e avaliação contínua, verificando o alcance dos objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento do trabalho, verificou-se como resultados a existência de duas áreas ou porções heterogêneas internas ao município de São Francisco de Assis, demonstrando que sua localização entre domínios completamente distintos, tanto de natureza física como de ocupação humana, apresentam-se interligados e inter-relacionados complementando-se entre si e relacionando-se numa relação

de processo e resposta.

Ressalta-se que o objetivo de identificar a diferenciação de áreas de maior ou menor concentração de fenômenos agrários e relacioná-las a condicionantes de natureza física e/ou topográfica pode ser considerado atingido, porém, cabe ressaltar que não se encontrou uma porção de maior ou menor intensidade de produção ou aglomeração de lavouras, mas identificou-se diferença deste fenômeno condicionada pela topografia, pela forma de ocupação antrópica e pela diferença de emprego tecnológico de acordo com o tipo de lavoura existente.

As porções Sul e Sudoeste do município de São Francisco de Assis destacam-se pela presença de arroz irrigado e condicionado à topografia plana com menor declividade (0%-12%) onde predominam os rios Jaguari e Ibicuí. As porções Nordeste e Leste apresentam-se com maior declividade (média > que 27%) e condicionam as culturas de subsistência, agricultura familiar e pequenas lavouras comerciais como a do fumo nas encostas e sopés do rebordo do planalto. É a presença da agricultura familiar com características de comercialização.

Outro elemento importante é a presença dos imigrantes italianos e alemães que aparecem nas porções Nordeste e Leste do município diferenciando-se em seus costumes, culturas, língua (dialeto), formas de preparo da terra, entre outros, formando uma porção mais ou menos homogênea nessa área do município. Dessa forma, entende-se essa porção do espaço compreendido como geográfico do município de São Francisco de Assis como uma área diferenciada tanto na forma como se apresenta o relevo bem como na expressão da paisagem e nas diferenças expressas pela ocupação humana.

Destaca que nos últimos anos o município de São Francisco de Assis sofreu uma redução drástica da população rural, representado o êxodo rural. Porém, cabe ressaltar que áreas ou porções como o Nordeste e Leste do município onde as colônias se sobressaem, tiveram uma maior redução da população do campo porque com as secções das

pequenas propriedades por heranças levaram alguns agricultores a abandonarem suas propriedades por falta de infraestrutura própria, créditos bancários, financiamentos e, em grande escala, pela necessidade de levarem seus filhos para cursarem o ensino fundamental e/ou médio no perímetro urbano que oferece a única escola de ensino médio do município.

Entre outras relações, pode ser destacada a presença da pecuária não como um elemento de complementação das atividades do setor primário, mas como o suporte para as iniciativas de produtores para o desenvolvimento de sua propriedade ou tomada de iniciativas. Isso é verificado a partir do momento que se observa o gado presente em todas as propriedades representado “divisa vivas” ao agropecuarista.

RECOMENDAÇÕES

A reativação da Escola Municipal Agrícola Pedro Telles Tourem deve ser entendida entre outros fatores, como uma espécie de infra-estrutura e reorganização municipal consolidando o homem do campo na sua propriedade e proporcionando ao seu filho um estudo de maior qualificação técnica sem o deslocamento definitivo para a cidade.

Deve ser buscado nesta proposta o desenvolvimento de novas técnicas na tentativa de ganhar um aporte tecnológico que venha garantir a inserção do “homem do campo” na economia, dinamizando os processos de produção e organização comercial.

Uma tentativa dessa organização entre a sociedade e o meio científico pode ser estabelecido no município de São Francisco de Assis, que detém entre outros elementos, a Escola Municipal Agrícola Pedro Telles Tourem, onde, anualmente (1995) eram inseridos 40 alunos nessa instituição.

Os estágios ocorriam de forma mais teórica do que prática e, sem um “contato direto e de fato” com a comunidade, exceto para aqueles alunos que após a conclusão do Curso, tem um trabalho ou emprego pré-estabelecido ou definido no município

ou arredores, o que se registra em poucos casos. Nesse sentido, argumenta-se que se pode inter-relacionar esta comunidade técnica com os produtores,

estes, os elementos ativos a este mecanismo de desenvolvimento.

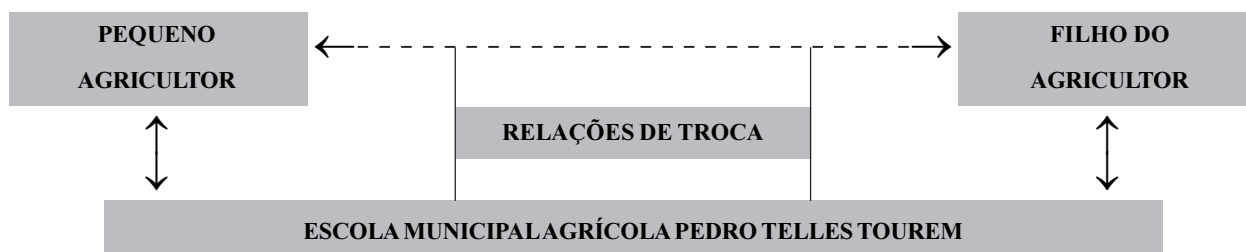


Figura 3 – Esquema Representativo das Relações Agricultor – Auxílio e Técnica Familiar

Fonte: PIRES, Rudineli de Bairros. Org: PIRES, Rudineli de Bairros.

Assim, as relações da pequena propriedade com o meio técnico-científico tornam-se relacionais e receptoras de conhecimento perpassando pelas modificações técnicas e atribuições do meio inovador.

Nesse contexto, pressupõe-se que o pequeno produtor (agricultor) tem em seu filho, parente ou até mesmo amigo ou filho de um representante da comunidade, o aporte técnico para seu desenvolvimento.

Deste modo, o estudante (da Escola Agrícola Pedro Telles Tourem, no caso), no seu período de constante formação profissional, tem a oportunidade de contribuir com seu aparato técnico aos agricultores de sua área de abrangência maior, isto é, sua comunidade de origem ou mais próxima, podendo receber transporte uma vez durante a semana ou no máximo a cada dez dias.

Desta forma, além de haver um relacionamento do campo com a cidade, existe a concepção de que o incremento técnico advindo do meio urbano, torna-se um aparato inclusive para manter o homem arraigado à terra, isto é, a transferência de tecnologia da escola agrotécnica para o estudante.

Já o estudante é um retribuidor dos investi-

mentos sobre seu crescimento teórico-intelectual, permite, entre outras concepções, que seja lançado no meio rural (as propriedades familiares) a solidificação de suas iniciativas, como forma de retribuir a sociedade, os seus investidores, novos direcionamentos e diretrizes que, de maneira mais planejada, responda aos interesses do pequeno proprietário, que tanto carece dessas iniciativas.

Por outro lado, essas relações de caráter inter-relacional possibilitam o jovem estudante a se relacionar com o meio rural de forma mais harmônica e obter relação de troca, relação esta, que nas últimas décadas vem sofrendo conseqüências tendenciosas para os caminhos teóricos da investigação e do conhecimento, resultando em trabalhos técnicos.

Assim, concepções de ordem prática, com enfoque técnico e inter-relação homem x meio são importantes quando tange ao setor rural, principalmente no município de São Francisco de Assis.

REFERÊNCIAS

BEZZI, M.L; MARAFON, G.J. **Historiografia da Ciência Geográfica**. Santa Maria, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa

Maria, 2002. 97p. (Inédito).

BEZZI, M.L. **Região: Uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004. 292p.

_____. **São Borja, transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização.** 222 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1985.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1999. 326p.

CASSOL, R. **Identificação e capacidade de discriminação do uso da terra, através da interpretação visual, entre as bandas espectrais do TM Landsat 5.** 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Curitiba – Universidade Federal do Paraná, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural.** 1ª Versão do PNDRS, Esboço Preliminar de Junho de 2002. Retirado de <http://www.cndrs.org.br>. Acesso em 09 de jun/2003 às 14:21h.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Brasil visto do espaço.** Retirado de: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>. Acesso em 15 de jun/2003 às 08:17h.

GRANDO, M. Z. **Agropecuária do Rio Grande do Sul – 1980 a 1995: a caminho da eficiência?** Porto Alegre: EMATER/RS, 1996. 160p.

LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar.** 2. ed. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. 336p.

LACOSTE, A.; SALANON, R. **Éléments de Biogéographie.** Paris: Oikos-Tau, 1978. 271p.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural.** 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. 296p.

MACIEL FILHO, C; MENEGOTTO, E; SARTORI, P.L. **Geologia de São Francisco de Assis – RS.** Santa Maria: Departamento de Geociências, 1970. 47p.

MENEGETTI, G.A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Retirado de:** <http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18>. Acesso em 05 de jun/2003 às 14:07h.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Departamento de Engenharia e Comunicações. **Folha SH. 21 – X – D – MIR-533 – Santiago/RS.** Diretoria de Serviço Geográfico, Região Sul do Brasil. DSG – Terceira Impressão, 1996. Escala 1:250.000, Img. Color. 1 ed.

NOVO, E.M.L. de M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações:** 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998. 308p.

SACHS, I. Estratégias de transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1991. p.29-54.

TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar; realidades e perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999. 406p.